

António Manuel Hespanha, *Uma monarquia tradicional. Imagens e mecanismos da política no Portugal seiscentista*, Lisboa, Imprensa de Ciências Sociais, 2023, 519 p., ISBN: 9789726716792.

António Manuel Hespanha foi um historiador e jurista português com um amplo percurso académico e científico em História. Interessou-se particularmente pela história do direito e pela história político-institucional da época moderna, sendo porventura um dos mais influentes historiadores do seu tempo. Esta obra reúne um conjunto de ensaios publicados a título póstumo, já anteriormente editados em formato *e-book* em 2019, e cuja edição coube aos prefaciadores da obra, Pedro Cardim e Ângela Barreto Xavier. Os ensaios aqui recolhidos foram escritos e publicados pelo autor ao longo da sua vida académico-científica e a sua seleção, como é dito no prólogo, coube ao próprio. Estes seriam, segundo ele, os mais representativos e originais do seu percurso e, que no seu conjunto, conseguiam traçar uma visão alargada e sólida do que entendia ser o sistema político do Antigo Regime, por ele designado “monarquia tradicional”. Interessa perceber que esta obra foi o corolário de muitas outras, entre as quais a sua tese de doutoramento *As vésperas do Leviathan. Instituições e Poder Político. Portugal, séc. XVIII* (Coimbra, Almedina, 1994) e as obras *História das Instituições. Épocas Medieval e Moderna* (Coimbra, Almedina, 1982), *Cultura jurídica europeia...* (Lisboa, Europa-América, 1996) e *Como os juristas viam o mundo ...* (SI., CreateSpace Independent Publishing Platform, 2015). Haveria muitas outras obras a citar, mas cinjo-me a estas por as considerar as mais relevantes.

Na introdução da obra, o autor esboça desde logo a forma como concebe a organização político-institucional da monarquia portuguesa e a sua interação com o *corpus* social. Aponta para o esforço que desenvolveu, desde a sua tese de doutoramento, de uma reinterpretação da história político-institucional portuguesa ao demarcar-se da historiografia tradicional quanto a matérias aparentemente consensuais e irrefutáveis e dos “clichés e ideias feitas” (p. 47) que dominavam o espaço público. Esta ideia remete inevitavelmente para uma outra: o conceito de “monarquia tradicional”, que intitula a obra. Na perspetiva de Hespanha, o sistema político do Antigo Regime foi dominado por particularismos e pela diversidade (inclusive, constitucional). Nas palavras de Pedro Cardim e Ângela Barreto Xavier, “predominavam as estruturas e as permanências, e não tanto as conjunturas e as mudanças” (p. 16). O vocábulo “monarquia” denominava, e bem, uma unidade ou formação política encabeçada por um monarca mas composta por múltiplas entidades detentoras de poder e o vocábulo

“tradicional” aludiria a tais permanências. Dessa forma, o título conseguiu, a meu ver, sintetizar bem o conteúdo do livro e ser, simultaneamente, sugestivo.

O primeiro capítulo – “As estruturas políticas na época moderna” – lança as principais ideias a partir das quais se estrutura a obra. No plano da cultura política, o autor reflete sobre a continuidade, em relação ao período medieval, da ideia de uma ordem social como reflexo de uma ordem natural justificada por fundamentos teológicos. De forma assertiva, aceita essa premissa. O autor reflete igualmente sobre o contratualismo, no plano da filosofia política, como salvaguarda do caos destruidor do individualismo. Esqueceu-se de contrapor essa ideia, de matriz hobsbiana, à concepção benévola da natureza do ser humano defendida, não exclusivamente, por Rousseau. Em todo o caso, entende-se esse facto pelo motivo de ser hegemónica essa concepção da política-sociedade. Reflete, por fim, sobre a existência ou não de um “Estado moderno” na época moderna portuguesa. Conclui que a aceção é anacrónica por ter subjacente uma política “portadora de interesses gerais ou supraclássistas” (p. 56) ou a de um Estado que promoveu a concentração de poderes ao ponto de eliminar o pluralismo.

Segue-se um capítulo a versar o grau de tradicionalismo e inovação do sistema político do Antigo Regime. Discorre sobre várias correntes do pensamento político, respetivamente, a segunda escolástica, a política católica, o regalismo e o absolutismo providencialista. Insiste, frequentemente, na dialética tradicional-moderno. A primeira proposta (a tradicional) concebe a sociedade e a política como construções do divino, apelando à justiça e à prudência como formas de bom governo. A segunda (a moderna) defende o carácter inorgânico do *corpus* social. A derogabilidade da concepção tradicional, no entender de Hespanha, só chegaria com o pombalismo.

No terceiro capítulo – “A questão constitucional” –, o autor explora o conceito de “constituição” e a sua aplicabilidade teórica. Ainda assim, o que reside de mais substantivo neste capítulo são as páginas dedicadas à política de Olivares e à forma como esta provocou uma rutura constitucional, antevendo que a Restauração, mais do que um movimento nacionalista, significou o regresso do modelo constitucional. As páginas que dedica à historiografia portuguesa sobre os Áustrias são igualmente interessantes. Contudo, parece-me criticável a extensão deste capítulo (quase cem páginas). O mais natural é que se tratasse de dois capítulos, e não um.

O capítulo seguinte, este já de uma dimensão bastante reduzida, acrescenta algumas reflexões de vulto. Hespanha considera que a autonomia da atividade judiciária é hoje desvalorizada, fazendo com que tenhamos o mesmo posicionamento quando pensamos a época moderna. E prossegue: “a justiça não era apenas uma das atividades do poder. Ela era – enquanto se manteve

pura a sua imagem tradicional – a primeira, senão a única, atividade de poder” (p. 198). O monarca era limitado pelo direito, e não o seu contrário. Embora a união essencial entre *iurisdictio* e *imperium* fosse controversa a dada altura, ela é consensualmente aceite até muito tarde. A par da justiça, e como fator potenciador da mesma, estava a graça. A “economia da graça” (p. 201), mais do que recompensar por serviços prestados, não devia ofender ou frustrar direitos adquiridos. O rei, como um bom governante de casa, devia atender quanto possível a todos os interesses, salvaguardando também os seus. Afirmar a existência de uma proximidade entre o governo da cidade e o governo da casa/ família (*oeconomia*) é adequado para descrever o ideal do bom governo da época.

No quinto capítulo – “Centro e periferia na época moderna” – o autor desafia mais uma vez a ideia de uma forte presença do Estado no território. A partir de um estudo quantitativo em relação ao oficialato em Portugal em meados do século XVII, conclui que a administração periférica da coroa, para além de ineficaz, era residual e, não raras vezes, inexistente. No seu conjunto, representaria cerca de 10% do oficialato político-administrativo português e com maior presença, ao contrário do que se poderia pensar, no interior, em especial nas alfândegas. Além disso, concorria com outros sistemas instalados – o sistema “concelhio” e o sistema comunitário tradicional. Esta é a prova, segundo Hespanha, de que a precocidade de um processo centralizador em Portugal é discutível, se não mesmo falsa. Faltou porventura abordar em tópico separado a administração eclesiástica que merecia uma reflexão mais profunda. No capítulo seguinte – “Os forais na época moderna” – o autor manteve a mesma tônica. A reforma dos forais no reinado de D. Manuel I tem sido um dos argumentos usados para propagar uma tese, a seu ver errada, sobre a centralização do poder régio em Portugal. Essa reforma, sustenta Hespanha, não visava o abatimento das prerrogativas próprias dos concelhos, antes “certificar a natureza e o montante dos direitos reais” (p. 257). Não estou certo de que esse argumento seja suficiente, mas é convincente. Recorre, neste capítulo em particular, e com grande frequência, a citações recuadas e extensivas de fontes manuscritas e impressas, o que me parece um exagero notório.

O sétimo capítulo, que versa sobre as finanças portuguesas no período considerado, explicita os constrangimentos de vária ordem no que toca às finanças da coroa. Em primeiro lugar, referem-se os constrangimentos do cálculo financeiro, ou seja, o facto de a coroa arrendar as suas receitas resultantes das cobranças de impostos e não anotar as suas despesas, gerando uma “pluralidade orçamental e de tesouraria” (p. 266). Em segundo lugar, referem-se os constrangimentos morais e jurídicos que tinham a ver com as questões da licitude

da tributação, em especial da Igreja, e a licitude das operações creditícias. Por último, importava referir que a administração das finanças públicas era entendida à luz da “ordem das coisas domésticas” (p. 282), sendo o reino visto como uma “casa” que tinha por chefe de família o monarca. Seguem-se muitas páginas dedicadas a identificar e detalhar a natureza dos rendimentos da coroa, deixando duas páginas para olhar para as despesas. Valeria a pena, apesar do capítulo já ser bastante longo, densificar melhor estas últimas.

No oitavo capítulo – “Guerra e sistema de poder” – Hespanha faz um balanço do peso político da organização militar e as consequências desta na organização política. Faz referência inicial ao facto de o reino português não ter sido afetado, grosso modo, pela “militarização da política” (p. 339) e de não ter desenvolvido um exército permanente até à Guerra da Restauração, ao contrário de outros estados europeus, entre os quais, a monarquia dos Habsburgos. Ao invés, a potência naval foi um fator “de credibilização externa de Portugal” (p. 340), estando esta ligada à criação do império português. O autor insiste, no essencial, na presença de reminiscências medievais na arte da guerra em Portugal e no seu tardio desenvolvimento na sua aceção moderna, concluindo que a guerra e a organização militar não foram um dos fatores decisivos no lançamento de um novo modelo político, apesar do seu sentido centralizador. Esta conclusão parece-me um tanto paradoxal, ainda que coerente com o pensamento do autor.

O capítulo seguinte, porventura um dos melhores, senão o melhor, desta coletânea de ensaios, versa sobre o período da integração de Portugal na monarquia dos Habsburgos. Propõe-se discutir quatro conceitos-chave: nação, reino, “União” e “Restauração”. O esmiuçar destes conceitos permite ao autor demarcar-se de uma interpretação nacionalista deste período. Fez bem em lembrar que foram múltiplos os projetos anteriores a 1580 de união das coroas, mesmo do lado português, e múltiplos os interesses instalados durante o período filipino desfavoráveis a um movimento de separação que iam muito para além da fidalguia e dos grupos privilegiados em geral. No entender de Hespanha, o movimento da Restauração foi espoletado, em primeira instância, pela questão “constitucional” já referida no terceiro capítulo. Entre as páginas 371 e 378, o autor faz um bom ensaio bibliográfico sobre a historiografia da Restauração. Seguem-se algumas páginas a escrutinar a forma como a problemática constitucional foi definida nas cortes de 1641.

Por fim, no último capítulo – “O modelo político do império colonial português” – Hespanha teve a capacidade de sintetizar bem as principais novidades da nova historiografia política dos impérios. A ideia que defende no tocante às relações entre a metrópole e as colónias, se quisermos entre o centro e a periferia, é hoje dominante na historiografia portuguesa. Se não soubesse que

foi o autor um dos maiores contribuidores nesse sentido, acharia porventura que este capítulo não acrescentava nada de novo, mas de facto não o foi aquando da sua publicação em separado. Ainda assim, é muito difícil hoje aceitar a aplicabilidade da teoria de Hespanha em relação ao império português, ou aceitá-la unilateralmente, sem pelo menos ler as críticas que lhe foram dirigidas e as interpretações historiográficas alternativas, das quais destaco a de Laura de Mello e Souza e a de Francisco Bethencourt. Não obstante tais críticas, tendo a concordar com a visão do autor, se bem que esta sairia enriquecida com a utilização de novas fontes que não as impressas e/ou jurídico-legais.

Tanto este como os outros capítulos elencados anteriormente têm a particularidade de ser materiais de forte pendor didático e científico, fortemente recomendáveis para leitura aos alunos do ensino superior. Acresce que esta publicação resulta de maturidade científica e de um pensamento edificado e bem fundamentado pelo autor no decorrer da sua longa vida académica. Deixo a recomendação de que esta publicação seja traduzida para inglês para atingir um maior número de leitores.

Tiago Moura Gonçalves

Universidade de Coimbra, Faculdade de Letras

tiagogoncalves024@gmail.com

<https://orcid.org/0009-0000-0350-6515>

